

HABITAÇÃO, ENVELHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL: ENTRE O “AGEING IN PLACE” E OS MODELOS ALTERNATIVOS DE CUIDADO

HOUSING, AGING, AND SOCIAL JUSTICE: BETWEEN “AGEING IN PLACE” AND ALTERNATIVE CARE MODELS

Eduardo Duque

Universidade Católica Portuguesa de Braga, Faculdade de
Filosofia e Ciências Sociais e membro do CECS - Uminho.

E-mail: eduardoduque@ucp.pt

J. Francisco Durán Vázquez

Universidad de Vigo, Facultad de CC. Jurídicas y del Trabajo.

E-mail: joseduran@uvigo.es

Resumo

O envelhecimento demográfico constitui um desafio estrutural das sociedades contemporâneas, com impactos significativos nas políticas públicas, nos sistemas de cuidado e nas respostas habitacionais. Este artigo analisa criticamente a relação entre a habitação, o envelhecimento e a justiça social, com particular enfoque no paradigma do *ageing in place* e nos modelos alternativos de cuidado. Com base numa revisão crítica narrativa da literatura, mobiliza-se uma abordagem teórica integrada que articula a sociologia do envelhecimento, a abordagem das capacidades e o enquadramento dos direitos humanos.

A análise evidencia que o *ageing in place*, embora amplamente promovido como solução preferencial, depende de condições estruturais desigualmente distribuídas, como recursos económicos, qualidade habitacional, redes de apoio e acesso a serviços. Em contextos de vulnerabilidade, a

permanência no domicílio pode traduzir-se em isolamento, insegurança e restrição de capacidades. Os modelos alternativos de habitação e de cuidado revelam potencial para articular autonomia e suporte, mas enfrentam limitações de acesso, escala e equidade.

Conclui-se que uma habitação justa na velhice exige respostas plurais, contextualizadas e orientadas para a expansão das capacidades efetivas das pessoas idosas, garantindo condições reais para uma vida digna, autónoma e socialmente integrada.

Palavras-chave: Envelhecimento. Habitação. Justiça social. *Ageing in place*. Políticas públicas.

Abstract

Demographic ageing constitutes a structural challenge for contemporary societies, with significant impacts on public policies, care systems, and housing responses. This article critically analyses the relationship between housing, ageing, and social justice, with particular emphasis on the ageing in place paradigm and alternative care models. Based on a critical narrative literature review, it adopts an integrated theoretical approach that brings together the sociology of ageing, the capability approach, and a human rights framework.

The analysis shows that ageing in place, although widely promoted as the preferred solution, depends on structurally uneven conditions such as economic resources, housing quality, support networks, and access to services. In contexts of vulnerability, remaining at home may translate into isolation, insecurity, and a restriction of capabilities. Alternative housing and care models demonstrate potential to combine autonomy and support, but they face limitations in terms of access, scale, and equity. It is concluded that just housing in old age requires plural, context-sensitive

responses oriented toward expanding the effective capabilities of older persons, ensuring real conditions for a dignified, autonomous, and socially integrated life.

Keywords: Ageing; Housing; Social justice; Ageing in place; Public policies.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento demográfico constitui uma transformação estrutural das sociedades contemporâneas, com implicações profundas na organização dos sistemas de proteção social, de saúde e de habitação. No contexto europeu, e de forma particularmente acentuada em Portugal, o aumento da esperança de vida, conjugado com a persistente redução da fecundidade, tem conduzido a um rápido envelhecimento da população, colocando pressões acrescidas sobre a sustentabilidade dos modelos de cuidado e sobre a adequação das respostas habitacionais existentes (INE, 2021).

Neste quadro, a habitação emerge como uma dimensão central da experiência do envelhecimento. Longe de se reduzir a um recurso material, a habitação configura-se como um lugar social e simbólico, no qual se inscrevem trajetórias biográficas, relações afetivas e práticas quotidianas, assumindo um papel determinante na construção da identidade, do sentido de continuidade e do bem-estar na velhice (Sixsmith, 1986; Rowles, 2005). A literatura tem sublinhado que as condições habitacionais influenciam não apenas a qualidade de vida das pessoas idosas, mas também as suas possibilidades de autonomia, segurança e participação social (Oswald & Wahl, 2013).

Nas últimas décadas, o paradigma do *ageing in place* tem assumido uma posição dominante nas políticas públicas e no debate académico,

sendo frequentemente apresentado como a solução preferencial para o envelhecimento. Em termos gerais, este paradigma valoriza a permanência das pessoas idosas no seu domicílio e na sua comunidade, associando-a à preservação da autonomia, à continuidade biográfica e à manutenção das redes sociais (Wiles et al., 2012; World Health Organization, 2007). Esta valorização encontra respaldo em estudos que associam a permanência no espaço familiar a níveis mais elevados de bem-estar psicológico e de satisfação com a vida (Greenfield, 2012).

Todavia, esta centralidade normativa do *ageing in place* encerra uma tensão fundamental. Ao ser, frequentemente, apresentado como uma opção desejável e generalizável, este paradigma tende a obscurecer o facto de a possibilidade de envelhecer no local depender de condições estruturais desigualmente distribuídas, nomeadamente, ao nível dos recursos económicos, da qualidade da habitação, da acessibilidade aos serviços e da existência de redes de apoio (Means, 2007; Lee et al., 2019). Assim, a permanência no domicílio não constitui, por si só, uma garantia de autonomia ou de bem-estar, podendo, em contextos de vulnerabilidade, traduzir-se em situações de isolamento social, insegurança e precariedade habitacional (Jarvis & Mountain, 2021).

Esta ambivalência coloca em evidência um problema analítico e normativo central. Aquilo que é frequentemente concebido como expressão de escolha individual e de autonomia pode, em determinadas circunstâncias, refletir constrangimentos estruturais que limitam as opções disponíveis. A permanência no domicílio pode resultar menos de uma preferência efetiva do que da ausência de alternativas viáveis, o que exige distinguir entre o direito a envelhecer no local e a possibilidade real de o fazer em condições dignas. Esta distinção é, particularmente, relevante num contexto marcado por desigualdades acumuladas ao

longo do ciclo de vida, que se manifestam na velhice sob a forma de assimetrias no acesso a habitação adequada, cuidados e suporte social (Dannefer, 2003; Oswald & Wahl, 2013).

Apesar da crescente produção científica sobre o envelhecimento e a habitação, a literatura tem tendido a privilegiar abordagens que enfatizam as vantagens do *ageing in place*, dedicando menor atenção às suas implicações em termos de desigualdade e justiça social. Em particular, permanece limitada a articulação sistemática entre os estudos sobre soluções habitacionais para as pessoas idosas e os quadros teóricos da justiça social, nomeadamente, no que respeita à avaliação das condições que permitem transformar uma preferência normativa numa possibilidade efetiva (Kimhur, 2020). Esta lacuna dificulta uma compreensão crítica das políticas de envelhecimento, na medida em que impede avaliar em que medida estas contribuem para a mitigação ou reprodução de desigualdades.

É neste contexto que o presente artigo se posiciona. Partindo da premissa de que as soluções habitacionais não são neutras, mas refletem escolhas políticas e sociais com implicações distributivas (Rawls, 1971; Sen, 1999; Nussbaum, 2000), o estudo procura analisar criticamente o paradigma do *ageing in place* e os modelos alternativos de habitação e o cuidado à luz da justiça social.

A questão de investigação que orienta o artigo pode ser formulada nos seguintes termos: em que medida o *ageing in place* e as soluções habitacionais alternativas constituem respostas socialmente justas às necessidades das pessoas idosas e em que condições podem contribuir para a expansão ou restrição das suas capacidades de viver de forma autónoma, segura e socialmente integrada.

Para responder a esta questão, o artigo mobiliza uma abordagem teórica integrada que articula três eixos analíticos complementares. Em primeiro lugar, a sociologia do envelhecimento, que permite compreender o carácter cumulativo das desigualdades ao longo do ciclo de vida (Dannefer, 2003). Em segundo lugar, a abordagem das capacidades, que desloca o foco da análise da mera distribuição de recursos para as oportunidades efetivas de ação dos indivíduos (Sen, 1999; Nussbaum, 2000). Em terceiro lugar, o enquadramento dos direitos humanos, que introduz uma dimensão normativa centrada na dignidade, na equidade e na inclusão social (United Nations, 1991; World Health Organization, 2007).

O contributo do artigo reside na proposta de uma leitura crítica e integrada das relações entre o envelhecimento, a habitação e a justiça social, que ultrapassa a oposição simplificadora entre a permanência no domicílio e institucionalização. Ao evidenciar as condições estruturais que sustentam a viabilidade do *ageing in place* e ao analisar os limites e as potencialidades dos modelos alternativos de cuidado, o estudo procura contribuir para uma compreensão mais rigorosa das políticas habitacionais na velhice. Mais do que identificar as soluções ideais, o objetivo consiste em clarificar as condições sob as quais as diferentes respostas podem promover uma velhice digna, autónoma e socialmente justa.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O envelhecimento demográfico deve ser compreendido não apenas como uma alteração quantitativa da estrutura etária, mas como um processo socialmente produzido, no qual se inscrevem dinâmicas económicas, institucionais e territoriais que moldam de forma desigual as condições de vida na velhice. Esta perspetiva implica ultrapassar leituras

descritivas do envelhecimento, situando-o no quadro mais amplo das desigualdades sociais e das trajetórias de vida. Consequentemente, a análise da habitação na velhice exige um enquadramento teórico integrado que articule três níveis analíticos distintos, mas interdependentes: as condições estruturais que configuram o acesso a recursos, as experiências subjetivas que expressam vivências e significados, e os princípios normativos que orientam a avaliação da justiça social.

Do ponto de vista sociológico, o envelhecimento configura-se como um processo cumulativo, marcado pela sedimentação de vantagens e desvantagens ao longo do ciclo de vida. A teoria da desvantagem cumulativa (Dannefer, 2003) demonstra como fatores como o rendimento, a educação, a saúde e as condições habitacionais não se acumulam apenas, mas interagem, produzindo trajetórias diferenciadas que se tornam particularmente visíveis na velhice. Neste sentido, as condições habitacionais não podem ser analisadas como um dado isolado, mas como o resultado de percursos sociais desiguais que condicionam, de forma estruturante, o acesso a recursos, serviços e oportunidades.

É neste enquadramento que a habitação assume uma centralidade analítica decisiva. Longe de constituir apenas um bem material, a casa configura-se como um espaço socialmente denso, onde se articulam dimensões objetivas, como a qualidade da infraestrutura, a acessibilidade e a localização, e dimensões subjetivas, como a identidade, a memória e a pertença. Como sublinha Sixsmith (1986), o significado da casa está intrinsecamente ligado à construção do *self*, sendo particularmente relevante na velhice, fase em que a continuidade e a estabilidade adquirem um valor acrescido. Esta perspetiva é aprofundada por Rowles (2005), ao evidenciar o papel do *place attachment* na manutenção do sentido de controlo e da identidade pessoal, dimensões essenciais para o bem-estar psicológico.

Neste contexto, o paradigma do *ageing in place* emerge como uma extensão aparente destas abordagens, ao valorizar a permanência no espaço habitacional como condição para a preservação da autonomia e da continuidade biográfica. Contudo, esta leitura encerra uma ambiguidade conceptual e normativa que exige problematização. Por um lado, como demonstram Wiles et al. (2012), o *ageing in place* é, frequentemente, apresentado como expressão de preferência individual, associada a resultados positivos em termos de bem-estar. Por outro lado, a própria noção de *ageing in place* é conceptualmente heterogénea, abrangendo significados que variam entre a permanência física no domicílio e a continuidade de cuidados em diferentes contextos residenciais (Forsyth & Molinsky, 2020). Esta ambiguidade não é meramente terminológica, uma vez que condiciona a forma como o conceito é mobilizado nas políticas públicas e nas práticas institucionais.

Mais fundamentalmente, a valorização do *ageing in place* tende a ocultar a sua natureza socialmente condicionada. A possibilidade de envelhecer no local depende de um conjunto de condições estruturais, incluindo a qualidade da habitação, a acessibilidade aos serviços, a existência de redes de apoio e os recursos económicos disponíveis. Neste sentido, o que é frequentemente apresentado como uma escolha individual pode refletir constrangimentos estruturais que limitam as opções disponíveis. Como sublinham abordagens recentes, o envelhecimento no domicílio deve ser compreendido como um fenómeno relacional e territorial, no qual o espaço pode, simultaneamente, potenciar ou restringir a integração social (Grenier et al., 2022). Assim, o *ageing in place* não constitui uma experiência homogénea, mas uma realidade profundamente marcada por desigualdades sociais e contextuais.

É precisamente neste ponto que a articulação com as teorias da justiça social se torna analiticamente indispensável. A perspectiva rawlsiana (Rawls, 1971) permite enquadrar a habitação como um problema de distribuição equitativa de recursos, sublinhando a necessidade de garantir condições mínimas de vida digna. No entanto, esta abordagem revela-se insuficiente para captar a complexidade do fenómeno, na medida em que privilegia a distribuição de bens sem considerar plenamente a capacidade dos indivíduos para os converter em funcionamentos valorizados. A abordagem das capacidades, desenvolvida por Sen (1999) e Nussbaum (2000), introduz uma rutura analítica ao deslocar o foco para as oportunidades efetivas de que os indivíduos dispõem para viver de acordo com as suas escolhas. Neste quadro, a questão central deixa de ser o acesso formal à habitação, passando a incidir sobre a possibilidade real de viver de forma autónoma, segura e socialmente integrada.

A aplicação desta abordagem ao domínio da habitação permite uma avaliação mais exigente das políticas públicas. Como argumenta Kimhur (2020), a análise das soluções habitacionais deve considerar não apenas a disponibilidade de recursos, mas a sua adequação às necessidades concretas dos indivíduos, incluindo dimensões como acessibilidade física, localização, integração comunitária e articulação com serviços de cuidado. No caso das pessoas idosas, esta perspetiva evidencia que o *ageing in place* só constitui uma opção substantivamente valiosa quando acompanhado das condições que permitem a expansão das capacidades; na sua ausência, pode traduzir-se em formas de privação, nomeadamente, ao nível da mobilidade, da participação social e do acesso a cuidados.

A dimensão normativa desta análise é reforçada pelo enquadramento dos direitos humanos. Os Princípios das Nações Unidas para

as Pessoas Idosas (United Nations, 1991) estabelecem um referencial assente na independência, participação, cuidado e dignidade, implicando o reconhecimento da habitação como um direito fundamental. Este enquadramento é complementado por abordagens que situam o direito a envelhecer no local no âmbito mais amplo do direito à cidade e da inclusão social (World Health Organization, 2007). No entanto, a concretização destes princípios confronta-se com tensões estruturais, particularmente, entre a autonomia e a proteção, que exigem uma análise mais fina das relações de dependência e interdependência.

Neste contexto, a ética do cuidado, tal como desenvolvida por Tronto (2013), oferece um contributo crítico ao questionar concepções individualistas da autonomia. Ao enfatizar a interdependência como condição constitutiva da vida social, esta perspetiva permite compreender que a autonomia na velhice não se opõe ao cuidado, mas depende da existência de relações e estruturas que o sustentem. Esta leitura é, particularmente, relevante para a análise das soluções habitacionais, na medida em que desloca o foco de uma lógica de permanência individual para uma lógica de suporte relacional.

É neste quadro teórico que devem ser situados os modelos alternativos de habitação e cuidado, como o *cohousing*, os programas NORC e os modelos “Village”. Estas iniciativas procuram articular autonomia e suporte coletivo, promovendo formas de organização social baseadas na proximidade, na entreajuda e na integração comunitária (Greenfield et al., 2012; Hou & Cao, 2021). Embora a literatura associe estes modelos a benefícios ao nível do bem-estar, da segurança e da redução do isolamento (Glass, 2013; Puplampu et al., 2019), a sua análise

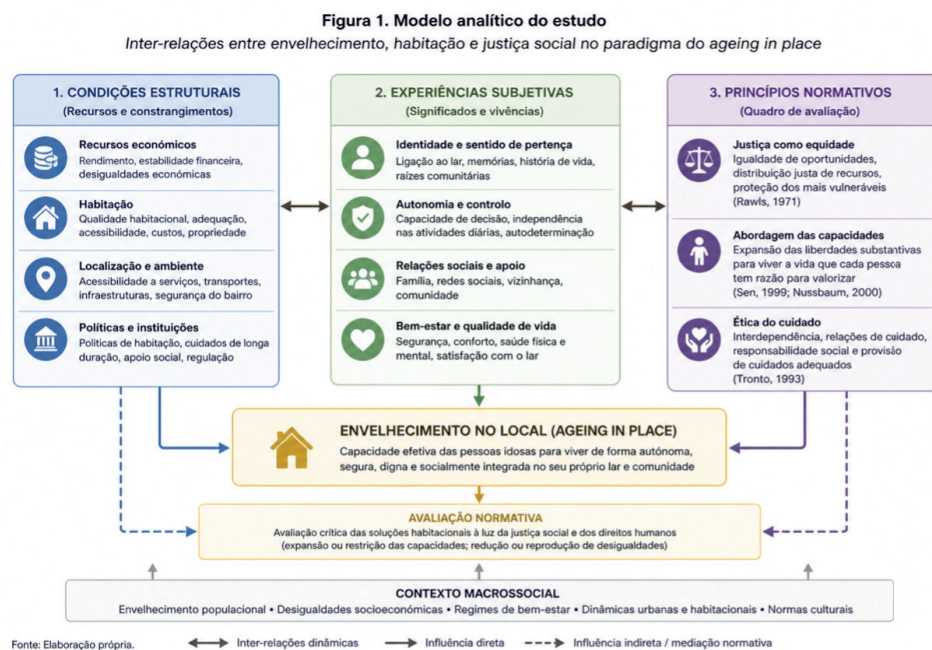
revela limites significativos. Em particular, a sua acessibilidade tende a ser condicionada por recursos económicos e capital social, o que levanta questões de equidade (Greenfield et al., 2013). Adicionalmente, enfrentam constrangimentos institucionais e regulatórios que limitam a sua disseminação (Baldwin et al., 2019; Bamford, 2005). Assim, estes modelos não podem ser entendidos como soluções universalizáveis, mas como respostas situadas, cuja eficácia depende do contexto social e político em que se inserem.

Deste modo, o enquadramento teórico adotado neste artigo sustenta que a análise da habitação na velhice deve ser conduzida a partir de uma perspetiva integrada e multinível, que reconheça a interdependência entre as condições estruturais, as experiências subjetivas e os princípios normativos. Ao contrário das abordagens que tratam estas dimensões de forma isolada, esta perspetiva permite compreender como diferentes configurações habitacionais podem contribuir para a expansão ou restrição das capacidades das pessoas idosas, influenciando a reprodução ou a mitigação de desigualdades sociais.

É com base nesta integração teórica que se propõe o modelo analítico apresentado na Figura 1, que sistematiza as inter-relações entre as dimensões estruturais, experienciais e as normativas do envelhecimento no local. Este modelo não se limita a descrever fatores relevantes, mas oferece um quadro interpretativo que permite analisar, criticamente, as soluções habitacionais à luz da justiça social, evidenciando as condições sob as quais o *ageing in place* pode constituir uma opção efetivamente digna, autónoma e socialmente justa.

Tabela 1 - Grelha analítica utilizada na análise da literatura

Dimensão	Categorias	Indicadores analíticos
Condições estruturais	rendimento, qualidade habitacional, localização, políticas públicas	acessibilidade, adequação, segurança
Experiências subjetivas	autonomia, identidade, pertença, bem-estar	perceção de controlo, satisfação, integração
Princípios normativos	justiça social, capacidades, direitos humanos	equidade, dignidade, inclusão



3 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórica, operacionalizada através de uma revisão crítica narrativa da literatura, orientada para a análise das inter-relações entre o envelhecimento,

a habitação e a justiça social. Esta opção metodológica decorre da natureza do problema em estudo, que exige a integração de diferentes quadros conceptuais e normativos e não é redutível à análise de dados empíricos isolados. Mais do que mapear exaustivamente a produção existente, o objetivo consiste em desenvolver uma síntese teórica crítica, capaz de identificar tensões conceptuais, lacunas analíticas e padrões interpretativos relevantes.

A estratégia metodológica aproxima-se de uma *critical interpretive review*, centrada na construção analítica e na integração conceptual, em detrimento de uma lógica de agregação quantitativa de evidência. Neste sentido, a revisão não visa a exaustividade estatística, mas a relevância teórica e a capacidade explicativa dos contributos selecionados.

A pesquisa bibliográfica foi realizada entre meados do mês de março e meados do mês de abril de 2026, recorrendo às bases de dados da Scopus e da Web of Science, de forma a assegurar uma cobertura multidisciplinar nas áreas da sociologia do envelhecimento, gerontologia social, políticas públicas e estudos urbanos. Foram utilizadas combinações de palavras-chave em língua inglesa, incluindo “ageing in place”, “housing and ageing”, “elderly housing”, “long-term care”, “social justice” e “inequality in ageing”, articuladas com operadores booleanos (AND, OR) e aplicadas aos campos de título, resumo e palavras-chave. A pesquisa foi complementada com termos em português, nomeadamente, “envelhecimento”, “habitação”, “cuidados de longa duração” e “desigualdades”, com o objetivo de integrar literatura relevante no contexto nacional.

O processo de seleção das fontes seguiu uma lógica iterativa e progressiva. Numa fase inicial, a pesquisa devolveu aproximadamente

240 referências potencialmente relevantes. Após a remoção de duplicados e a aplicação de critérios de elegibilidade com base na leitura de títulos e resumos, o corpus foi reduzido para cerca de 110 estudos. Numa fase subsequente, procedeu-se à leitura integral dos textos, com base na qual foram selecionadas 68 fontes para análise aprofundada.

Os critérios de inclusão privilegiaram trabalhos que abordassem explicitamente a interseção entre o envelhecimento, a habitação e as desigualdades sociais, com a incidência em estudos publicados após o ano 2000, de modo a captar desenvolvimentos recentes do debate científico. Foram igualmente incluídas obras de referência fundamentais para o enquadramento teórico, nomeadamente, no domínio da justiça social e da abordagem das capacidades. Foram excluídos estudos cuja abordagem não incidisse diretamente sobre estas dimensões, bem como literatura de carácter meramente opinativo ou sem fundamentação científica robusta.

A constituição do *corpus* seguiu o princípio da saturação conceitual, entendida como o momento em que a análise adicional de novas fontes deixa de produzir contributos substantivamente novos em termos de categorias analíticas, padrões interpretativos ou tensões teóricas. A saturação foi avaliada de forma iterativa ao longo do processo de leitura e codificação, tendo sido considerada atingida quando se verificou a recorrência consistente de temas e a estabilização das categorias analíticas.

A análise da literatura foi conduzida através de um processo de codificação temática de natureza predominantemente dedutiva, orientada pelo quadro analítico desenvolvido no estudo e complementada por uma lógica iterativa de refinamento conceptual. As unidades de análise corresponderam a argumentos, conceitos-chave e resultados

interpretativos presentes nas fontes selecionadas. A codificação foi estruturada em torno de três dimensões analíticas fundamentais: *condições estruturais*, *experiências subjetivas* e *princípios normativos*.

A dimensão das *condições estruturais* incluiu fatores como o rendimento, a qualidade habitacional, a localização e o enquadramento institucional, permitindo analisar os constrangimentos e os recursos que moldam o acesso à habitação e aos cuidados. A dimensão das *experiências subjetivas* abrangeu elementos como a identidade, a autonomia, o sentido de pertença e o bem-estar, captando as vivências e os significados associados ao envelhecimento no espaço doméstico. A dimensão dos *princípios normativos* integrou conceitos provenientes das teorias da justiça social e dos direitos humanos, incluindo a equidade, a dignidade e a inclusão, orientando a avaliação crítica das diferentes soluções habitacionais.

Este processo de codificação e integração conceptual permitiu articular contributos provenientes de diferentes tradições teóricas, evitando uma leitura fragmentada da literatura e favorecendo a construção de um quadro interpretativo coerente. A operacionalização destas dimensões encontra-se sistematizada na grelha analítica apresentada na Tabela 1 e no modelo conceptual da Figura 1, que traduzem, de forma sintética, as inter-relações identificadas entre os fatores estruturais, as experiências individuais e os critérios normativos.

O estudo assume, explicitamente, um posicionamento analítico de natureza crítica, ancorado na abordagem das capacidades (Sen, 1999; Nussbaum, 2000) e no enquadramento dos direitos humanos. Neste sentido, a análise não se limita à descrição das soluções habitacionais, procurando avaliar em que medida estas contribuem para a expansão

ou restrição das capacidades efetivas das pessoas idosas para viver de forma autónoma, segura e socialmente integrada.

Importa, por fim, reconhecer as limitações desta abordagem. A natureza não sistemática da revisão implica um grau inevitável de subjetividade na seleção e interpretação das fontes, ainda que mitigado pela transparência dos critérios adotados e pela diversidade disciplinar do *corpus*. Adicionalmente, a ausência de dados empíricos impede a validação direta das interpretações propostas. A não adoção de protocolos sistemáticos, como o PRISMA, decorre da natureza interpretativa e teórico-conceitual do estudo, sendo esta abordagem considerada mais adequada aos objetivos de integração analítica e ao desenvolvimento conceptual que orientam a investigação.

4 DISCUSSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite evidenciar que a relação entre a *habitação*, o *envelhecimento* e a *justiça social* é marcada por uma complexa interdependência entre as *condições estruturais*, as *experiências individuais* e os *enquadramentos normativos*. Longe de se tratar de uma questão meramente técnica ou operacional, a definição de soluções habitacionais para pessoas idosas emerge como um *problema profundamente político e ético*, que exige uma leitura integrada dos processos sociais que moldam o envelhecimento.

Um dos principais contributos desta análise reside na problematização do paradigma do *ageing in place*, frequentemente apresentado na literatura e nas políticas públicas como solução preferencial para o envelhecimento. Como foi demonstrado, este modelo assenta numa valorização legítima da *autonomia*, da *continuidade biográfica* e da

manutenção das redes sociais, dimensões amplamente reconhecidas como fundamentais para o *bem-estar na velhice*. No entanto, a sua aparente universalidade tende a ocultar as condições estruturais que o tornam viável, nomeadamente, a *qualidade das habitações*, a existência de *redes de suporte* e o acesso a *recursos económicos*.

Neste sentido, os resultados da análise teórica sugerem que o *ageing in place* não pode ser compreendido apenas como uma preferência individual ou uma solução normativa desejável, mas deve ser enquadrado como uma possibilidade socialmente condicionada. A sua eficácia depende de fatores que se distribuem de forma desigual na população, refletindo trajetórias de vida marcadas por desigualdades cumulativas. Assim, aquilo que para alguns representa uma forma de *envelhecimento digna e autónoma* pode, para outros, traduzir-se em *isolamento, insegurança e precariedade*.

Esta leitura encontra-se em consonância com o enquadramento teórico adotado, particularmente, com a abordagem das capacidades de Sen (1999) e Nussbaum (2000), que enfatiza a importância de se avaliar não apenas os recursos disponíveis, mas as oportunidades efetivas de que os indivíduos dispõem para viver de acordo com as suas escolhas. Aplicada ao domínio da habitação, esta perspetiva permite compreender que o simples facto de *permanecer no domicílio* não garante, por si só, *condições de dignidade ou de qualidade de vida*. Pelo contrário, a ausência de *adaptações habitacionais*, de *apoio social* e de *serviços adequados* pode comprometer significativamente essas capacidades.

A análise dos diferentes modelos habitacionais reforça esta ideia, evidenciando que não existe uma solução única capaz de responder à diversidade de situações que caracterizam o envelhecimento. A

permanência no domicílio, o *apoio domiciliário*, as *soluções colaborativas* e as *estruturas residenciais* apresentam vantagens e limitações que devem ser avaliadas em função de critérios como o *nível de autonomia*, as *necessidades de saúde*, as *preferências individuais* e o *contexto socioeconómico*. Neste sentido, a adequação das soluções habitacionais não pode ser dissociada de uma leitura contextualizada das condições de vida das pessoas idosas.

Por outro lado, a crítica ao *modelo tradicional de institucionalização* não deve conduzir à sua rejeição absoluta, mas antes à sua reconfiguração. Embora, frequentemente, associadas a processos de *despersonalização* e de *perda de autonomia*, as *estruturas residenciais* podem desempenhar um papel fundamental em situações de *elevada dependência*, desde que orientadas por princípios de *dignidade*, *individualização do cuidado* e respeito pelos *direitos das pessoas*. A oposição entre *institucionalização* e *ageing in place* revela-se, assim, excessivamente simplificadora, sendo mais pertinente pensar em termos de complementaridade e articulação entre as diferentes respostas.

A discussão evidencia, igualmente, o papel central das políticas públicas na mediação destas tensões. A promoção de soluções habitacionais justas não pode ser deixada, exclusivamente, à esfera privada ou às redes informais de apoio, sob pena de reforçar desigualdades já existentes. Pelo contrário, exige uma intervenção pública capaz de garantir condições mínimas de *habitabilidade*, *acessibilidade* e *suporte*, bem como a integração entre *cuidados sociais* e de *saúde*. Neste contexto, a *fragmentação dos serviços* e a *insuficiência de respostas*, identificadas no caso português, constituem *obstáculos* significativos à concretização de um modelo de *envelhecimento digno*.

A articulação com o quadro dos direitos humanos permite aprofundar esta análise, ao reforçar a ideia de que a habitação na velhice deve ser entendida como um *direito fundamental* e não apenas como uma *necessidade funcional*. Os princípios de *independência, participação, cuidado e dignidade* implicam a criação de condições que permitam às pessoas idosas exercerem a sua autonomia e manterem a sua integração social. No entanto, como foi evidenciado, a concretização destes princípios depende de *escolhas políticas* que podem, ou não, privilegiar a equidade e a inclusão.

Neste sentido, a discussão aponta para a necessidade de ultrapassar abordagens normativas simplificadas, substituindo-as por uma perspectiva mais crítica e contextualizada, que reconheça a *diversidade de trajetórias de envelhecimento* e a centralidade das desigualdades sociais. O contributo deste artigo reside precisamente na articulação entre o paradigma do *ageing in place*, os *modelos habitacionais* e os *princípios da justiça social*, evidenciando que a promoção de soluções adequadas exige uma abordagem integrada, capaz de conjugar *a autonomia, o cuidado e a equidade*.

Por fim, importa sublinhar que as limitações do presente estudo, decorrentes da sua natureza teórica, apontam para a necessidade de investigação futura que explore empiricamente estas questões, nomeadamente, através da análise das *experiências concretas* das pessoas idosas e da avaliação das *políticas públicas* implementadas. Ainda assim, considera-se que a reflexão desenvolvida contribui para o aprofundamento do debate científico e para a clarificação conceptual num domínio de crescente relevância social e política.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo permitiu evidenciar que a relação entre a *habitação*, o *envelhecimento* e a *justiça social* deve ser compreendida para além de uma leitura meramente funcional das respostas habitacionais. O *ageing in place*, frequentemente apresentado como a solução preferencial para a velhice, possui inegável relevância, na medida em que valoriza a permanência no *espaço familiar*, a *continuidade biográfica*, a *identidade* e a manutenção das *redes sociais*. Contudo, a sua concretização depende de condições *materiais, sociais e institucionais* que não se encontram igualmente distribuídas entre todas as pessoas idosas.

Neste sentido, envelhecer no próprio domicílio não é, por si só, garantia de *autonomia, segurança ou bem-estar*. Quando a *habitação é inadequada, os recursos económicos são escassos, as redes de apoio são frágeis e os serviços de proximidade insuficientes*, a permanência em casa pode converter-se numa experiência de *isolamento, insegurança e privação*. Esta ambivalência mostra que o *ageing in place* não deve ser entendido como uma solução universal, mas como uma possibilidade socialmente condicionada, cuja justiça depende das condições concretas que a tornam viável.

A articulação com a abordagem das capacidades permite reforçar esta leitura crítica, ao deslocar a análise da simples existência de recursos para as oportunidades efetivas de que as pessoas idosas dispõem para viver com *dignidade, autonomia e integração social*. Assim, a questão central não é apenas saber *onde* se envelhece, mas *em que condições* se envelhece e que possibilidades reais existem para escolher, participar e receber cuidado adequado.

Este estudo demonstra igualmente que não existe um modelo único capaz de responder à diversidade das trajetórias de envelhecimento. O *apoio domiciliário*, as *soluções colaborativas*, os *modelos intermédios* e as *estruturas residenciais* devem ser pensados de forma *complementar, flexível e contextualizada*. A oposição rígida entre *permanecer em casa* e *ser institucionalizado* revela-se redutora, pois diferentes níveis de *autonomia, dependência, saúde e suporte social* exigem respostas diversas e articuladas.

Do ponto de vista das *políticas públicas*, torna-se necessário reforçar a integração entre *habitação, saúde e ação social*, garantindo condições de *habitabilidade, acessibilidade, segurança e apoio continuado*. Uma *habitação justa* na velhice não se limita ao acesso *físico* a uma casa, mas implica a existência de condições reais para que esse espaço seja vivido como *lugar de proteção, pertença, participação e dignidade*.

Assim, promover uma *velhice socialmente justa* exige reconhecer que as soluções habitacionais não são neutras, pois podem reproduzir ou mitigar desigualdades acumuladas ao longo do ciclo de vida. O desafio não consiste apenas em afirmar o *direito a envelhecer no local*, mas em assegurar que esse direito se transforma numa *possibilidade efetiva para todos*, independentemente da *condição económica, do território, da saúde* ou das *redes de apoio disponíveis*.

REFERÊNCIAS

BALDWIN, C.; DENDLE, K.; MCKINLAY, A. Initiating senior co-housing: people, place, and long-term security. *Journal of Housing for the Elderly*, v. 33, n. 4, p. 358-381, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/02763893.2019.1583152>.

BAMFORD, G. Cohousing for older people: housing innovation in the Netherlands and Denmark. *Australasian Journal on Ageing*, v. 24, n. 1, p. 44-46, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1741-6612.2005.00065.x>.

DANNEFER, D. Cumulative advantage/disadvantage and the life course: cross-fertilizing age and social science theory. *The Journals of Gerontology: Series B*, v. 58, n. 6, p. S327-S337, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1093/geronb/58.6.S327>.

FERNÁNDEZ ARRIGOITIA, M.; WEST, K. Interdependence, commitment, learning and love: the case of the United Kingdom's first older women's co-housing community. *Ageing & Society*, v. 41, n. 7, p. 1673-1696, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0144686X19001673>.

FORSYTH, A.; MOLINSKY, J. What is aging in place? Confusions and contradictions. *Housing Policy Debate*, v. 31, n. 2, p. 181-196, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/10511482.2020.1793795>.

GLASS, A. P. Lessons learned from a new elder cohousing community. *Journal of Housing for the Elderly*, v. 27, n. 4, p. 348-368, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/02763893.2013.813426>.

GLASS, A. P.; VANDER PLAATS, R. S. A conceptual model for aging better together intentionally. *Journal of Aging Studies*, v. 27, n. 4, p. 428-442, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2013.10.001>.

GREENFIELD, E. A. Using ecological frameworks to advance a field of research, practice, and policy on aging-in-place initiatives. *The Gerontologist*, v. 52, n. 1, p. 1-12, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1093/geront/gnr108>.

GREENFIELD, E. A. et al. A conceptual framework for examining the promise of the NORC program and Village models to promote aging in place. *Journal of Aging Studies*, v. 26, n. 3, p. 273-284, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2012.01.003>.

GREENFIELD, E. A. et al. A tale of two community initiatives for promoting aging in place: similarities and differences in the national implementation of NORC programs and villages. *The Gerontologist*, v. 53, n. 6, p. 928-938, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1093/geront/gnt035>.

GRENIER, A. et al. Social isolation in later life: the importance of place, disadvantage and diversity. *Journal of Aging & Social Policy*, v. 34, n. 3, p. 471-495, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/08959420.2021.1886637>.

HOU, S.-I.; CAO, X. Promising aging in community models in the U.S.: Village, naturally occurring retirement community (NORC), cohousing, and university-based retirement community (UBRC). *Gerontology and Geriatric Medicine*, v. 7, p. 1-15, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/23337214211015451>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Projeções de população residente em Portugal 2018-2080. Lisboa: INE, 2021. Disponível em: <https://www.ine.pt>. Acesso em: 11 abril 2026.

JARVIS, A.; MOUNTAIN, G. Lived realities of lonely older people: resisting idealisations of “home”. *Social Policy and Society*, v. 20, n. 1, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1474746420000044>.

KIMHUR, B. How to apply the capability approach to housing policy? Concepts, theories and challenges. *Housing, Theory and Society*, v. 37, n. 3, p. 257-277, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14036096.2019.1706630>.

LEE, S.-J. et al. Emerging themes on aging in place from low-income older renters. *Housing and Society*, v. 46, n. 2, p. 110-127, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/08882746.2019.1613880>.

MEANS, R. Safe as houses? Ageing in place and vulnerable older people in the UK. *Social Policy & Administration*, v. 41, n. 1, p. 65-85, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9515.2007.00539.x>.

NUSSBAUM, M. C. *Women and human development: the capabilities approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

OCDE. *How's Life? 2020: Measuring Well-being*. Paris: OCDE Publishing, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1787/9870c393-en>.

OSWALD, F.; WAHL, H.-W. Housing and health in later life. *Rev Environ Health*, Jul-Dec;19(3-4), p. 223-52, 2004. DOI: 10.1515/reveh-2004-19-3-405.

PUPLAMPU, V. et al. The impact of cohousing on older adults' quality of life. *Canadian Journal on Aging*, v. 39, n. 3, p. 406-420, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0714980819000448>.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

RAWLS, J. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

ROWLES, G. D.; CHAUDHURY, H. (org.). *Home and identity in late life: international perspectives*. New York: Springer, 2005.

SEN, A. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SIXSMITH, J. The meaning of home: an exploratory study of environmental experience. *Environment and Behavior*, n. 6, p. 281-298, 1986. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(86\)80002-0](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(86)80002-0).

TRONTO, J. C. *Caring democracy: markets, equality, and justice*. New York: New York University Press, 2013.

UNITED NATIONS. *United Nations principles for older persons*. New York: UN, 1991. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 13 abril 2026.

VEGA, W. A.; WALLACE, S. P. Affordable housing: a key lever to community health for older Americans. *American Journal of Public Health*, v. 106, n. 4, p. 635-636, 2016. DOI: <https://doi.org/10.2105/AJPH.2015.303034>.

WILES, J. L. et al. The meaning of “aging in place” to older people. *The Gerontologist*, v. 52, n. 3, p. 357-366, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1093/geront/gnr098>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Global age-friendly cities: a guide*. Geneva: WHO Press, 2007.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *World report on ageing and health*. Geneva: WHO Press, 2015.